

Direitos das Mulheres

Ampliando estratégias de luta pelo direito ao aborto

Lutar pelo direito ao aborto em todas as frentes de ação do movimento de mulheres. Este posicionamento, somado à resolução de "ganhar o debate na sociedade brasileira" (Fátima Oliveira), foi o principal resultado do debate ocorrido entre feministas brasileiras, em reunião realizada dias 5 e 6 deste mês, em Brasília, com o objetivo de traçar estratégias na luta pelo direito ao aborto.

O debate reuniu representantes de articulações e redes nacionais de mulheres, além de organizações feministas de vários estados do país. Dentre as estratégias acertadas, está a de continuar avançando na implantação dos serviços de aborto legal e promover campanha de mídia para desvincular o aborto das idéias de pecado e crime, barrando o fundamentalismo religioso no qual se procura envolver a questão. Além disso, conquistar aliados para este direito de cidadania das mulheres em vários setores da sociedade, sendo um deles o formado pelas/os profissionais de saúde.

Um outro aspecto importante da reunião feminista foi a decisão de trabalhar o horizonte legal no qual será inserida esta luta, considerando que o direito das mulheres ao aborto já foi conquistado por distintos caminhos jurídicos, em diversos países do mundo.

As feministas também vão buscar ampliar as parcerias junto a outros movimentos sociais, considerando que para vários deles – tal como defende o feminismo – o livre exercício da sexualidade é uma questão central na construção da democracia.

Ao final da reunião ficou definido, como continuidade, um novo encontro em abril para aprofundamento de estratégias já esboçadas neste primeiro debate.

Pauta do 8 de Março - Implantando as decisões da reunião, Gilberta Soares – ponto focal da Campanha 28 de Setembro – está convocando todos os grupos, organizações, núcleos, fóruns e articulações de mulheres dos estados a incorporar a discussão do aborto entre as atividades do próximo 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

Participaram da reunião realizada em Brasília: a Rede Nacional Feminista de Saúde, a Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras, Católicas pelo Direito de Decidir, Campanha 28 de Setembro, AMB, Rede de Mulheres no Rádio, Rede Nacional de Parceiras Tradicionais, Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (Rede LAC), União Brasileira de Mulheres, Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA) e mais de trinta organizações feministas.

Concurso

A Comissão organizadora do VI Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe, a ser realizado este ano, no México, convoca artistas e comunicadoras para o Concurso de Cartaz para o VI Encontro, cujo prazo de encerramento foi prorrogado. Mais informações: www.viencuentrolesbicofeminista.org

Mulheres em Destaque

A feminista Schuma Schumacher é uma das cinco vencedoras do diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2004, concedido pelo Senado. Schuma tem uma intensa trajetória no feminismo brasileiro. Atualmente, trabalha na Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH) e representa a AMB no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Além de Schuma, será também premiadas: a escritora e feminista Zuleika Alambert (SP), Eva Sopher (RS), Maria Gleyde Martins Costa (RR) e Mônica Maria de Paula Barroso (CE). A entrega ocorrerá durante sessão solene do Senado Federal no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Nova organização feminista

Está nascendo, em Salvador, o Instituto Mulheres pela Atenção Integral à Saúde e aos Direitos Sexuais, que terá entre seus objetivos: fortalecer o movimento feminista autônomo, em vista de sua intervenção para as transformações das relações de gênero e de raça, bem como o controle social das políticas públicas.

O exercício livre da sexualidade e da reprodução será uma questão central para as fundadoras, entre elas: Lena Souza, Bice Kalil e Louisa Huber.

Mulheres e Aids: presença marcante no IV FSM

O Fórum Social Mundial 2004 foi, entre todos os realizados, o que mais ressaltou o tema da Aids. A Índia é um país que não tem dado respostas efetivas no combate à epidemia, apresentando uma alta taxa de infecção.

A Aids representa uma ameaça sobretudo para as mulheres infectadas, que geralmente são expulsas de casa e, muitas vezes, enterradas vivas. Deste modo, a epidemia ameaça também as crianças, por torná-las órfãs.

Dentre as ações do movimento contra o HIV/Aids no FSM 2004 destaca-se a realização do Seminário Um Mundo, Uma Luta, promovido por SOS Corpo, Gestos, GAPA (de SP e RS). O evento contribuiu para reforçar a articulação entre as organizações e pessoas que trabalham com HIV/Aids, iniciada no FSM 2003. A AMB apoiou a realização do evento e foi representada por Kátia Guimarães, do grupo de discussão sobre Gênero e Comércio.

Agendas

O Seminário evidenciou a diferença entre as agendas regionais, frente à epidemia do HIV/Aids. Para a América Latina, a Europa e os EUA está colocada uma agenda macropolítica, que tem tratado do enfrentamento da Aids dentro do debate sobre TRIPS (Trade-Related Intellectual Property Rights, em inglês), ou seja, dos aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio e do enfrentamento das políticas da Organização Mundial do Comércio - OMC.

No caso da Índia e do continente africano, a epidemia da Aids se associa às carências estruturais e cotidianas desta parte do mundo, entre elas o problema da fome.

As organizações e militantes do Brasil, Índia e África do Sul elaboram ao final do encontro o manifesto "Carta de Mumbai" e passarão a pressionar os seus governos, especialmente o Brasil, no sentido de quebrar patentes de medicamentos. Solange Rocha recorda que o Brasil descobriu, há algum tempo, as fórmulas dos medicamentos "e isso foi importante na redução do preço nos acordos firmados na conferência realizada em Doha (OMC). Agora, os movimentos que trabalham com a questão da AIDS esperam do governo brasileiro um passo mais radical".

Contextos - Neste *Articulando*, anexamos a declaração da Aliança Social Continental sobre a 12ª reunião do Comitê de Negociações Comerciais (CNC), em Puebla, no início do mês (veja nota nesta edição).

ALCA: cada vez mais longe?

A reunião do Comitê de Negociações Comerciais (CNC) da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), realizada em Puebla (México), de 02 a 06 deste mês, não terminou. Foi suspensa, fracassando em seus objetivos iniciais, depois de forte impasse envolvendo os temas de acesso a mercados e agricultura. A declaração de Iara Pietricovsky (INESC), Luiz Vicente Facco (Contag) e Adhemar S. Mineiro (DIEESE), divulgada na lista de discussão da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), é parte da análise das organizações da sociedade civil que participaram da Delegação Brasileira desta 12ª reunião do CNC. A reunião foi a primeira realizada após a Ministerial da ALCA, em Miami (EUA), quando ficou definida uma proposta de ALCA light, onde os países fariam um acordo geral e, a partir daí, cada país poderia negociar outros interesses comerciais.

De acordo com Fátima Mello, da secretaria executiva da REBRIP, os governos do Brasil e dos EUA não reconhecem o fracasso da reunião em Puebla e preferem falar "na suspensão das negociações". Com isso, buscam evitar que os resultados da reunião do CNC sejam associados aos da Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio - OMC, realizada ano passado, em Cancún, também no México.

Informes da Aliança Social Continental divulgaram, no entanto, que "os conflitos não são menores, mas estão no núcleo do que foi pensado para a ALCA. Antes, falava-se em uma ALCA light, agora estamos falando de uma ALCA extra light", afirma Fátima, considerando os impasses da reunião de Puebla como uma vitória. Ela esclarece ainda que tanto em Cancún, como em Puebla, os Estados Unidos passaram a se confrontar com uma nova posição dos países pobres, o que configurou um novo ambiente nas negociações comerciais, tendo o Mercosul, e mais particularmente o Brasil, um forte peso nesta alteração do quadro político.

Fátima destaca a importância do governo brasileiro ter incorporado uma proposta de defesa da agricultura familiar, contrariando um pouco das negociações brasileiras na ALCA, marcadas pelo interesse na liberação crescente das negociações agrícolas. A secretária da REBRIP ressalta, no entanto, que é prioritário avançar em estratégias de mobilização para intensificar a pressão social e, sobretudo, articular a luta contra a ALCA à luta contra o livre comércio. "Não vamos esperar simplesmente que os países sigam em desacordo". Para dar mais subsídios aos movimentos sociais, a REBRIP pretende difundir os estudos de seus grupos de trabalho, que vêm demonstrando como as teses do livre comércio e as políticas de liberalização ampliam as desigualdades.